

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DOUGLAS SPINELLI

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVAS AMERICANAS PARA A
INDUSTRIALIZAÇÃO NA SERRA GAÚCHA PELA AGRICULTURA FAMILIAR**

Porto Alegre

2023

DOUGLAS SPINELLI

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVAS AMERICANAS PARA A
INDUSTRIALIZAÇÃO NA SERRA GAÚCHA PELA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Spinelli, Douglas
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVAS AMERICANAS PARA A
INDUSTRIALIZAÇÃO NA SERRA GAÚCHA PELA AGRICULTURA
FAMILIAR / Douglas Spinelli. -- 2023.
54 f.
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Vitivinicultura. 2. Agricultura familiar. 3.
Serra gaúcha. 4. Custo de oportunidade. 5. Teoria
institucionalista. I. Silva, Leonardo Xavier da,
orient. II. Título.

DOUGLAS SPINELLI

**UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE UVAS AMERICANAS PARA A
INDUSTRIALIZAÇÃO NA SERRA GAÚCHA PELA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Cláudio Vinícius Silva Farias
IFRS

AGRADECIMENTOS

É difícil resumir em poucas palavras todos os motivos e pessoas que devo agradecer por ter alcançado esse objetivo. Agradeço, de modo geral, à UFRGS e ao corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas, bem como aos amigos que fiz durante a graduação. Todos eles foram fundamentais para o meu desenvolvimento profissional e pessoal nesse período.

No entanto, é com maior ênfase que expresso minha gratidão ao meu pai e à minha mãe. Sem o apoio e o incentivo deles, eu sequer teria sido capaz de iniciar essa caminhada. Não é possível descrever o valor do trabalho constante que eles dedicaram a mim, da atenção que sempre me deram quando eu precisei e do apoio incondicional que ofereceram à minha liberdade de escolha neste início da minha trajetória. Portanto, quero registrar aqui o meu reconhecimento e meus especiais agradecimentos a eles.

RESUMO

O presente trabalho buscou realizar uma análise aplicada referente a produção de uvas americanas para a indústria pela agricultura familiar da Serra Gaúcha em um contexto de mudanças institucionais das últimas décadas que proporcionaram uma valorização das terras da região. O objetivo é verificar se, de um ponto de vista estritamente racional no sentido objetivo, a produção de uvas americanas por esses agentes nas condições mencionadas apresenta resultado satisfatório, verificando, no âmbito do corpo teórico comum das modernas teorias institucionalistas, explicações para a continuidade da produção por esses agentes e questões que afetam suas decisões. O objeto de problematização se baseia em incluir o custo de oportunidade do patrimônio imobiliário dos agentes foco da análise na função de produção de uvas americanas. Para tanto, não se utilizou da inferência estatística, dado a falta de amostras de dados a respeito do tema. Em lugar, utilizou-se do referencial já existente para derivar os valores para a aplicação do modelo. Quanto ao custo de oportunidade de manutenção do patrimônio imobiliário, se utilizou do modelo de *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, para auferir um coeficiente remuneratório condizente a aplicação do valor desse patrimônio em atividades ligadas ao agronegócio. A partir da aplicação do modelo, encontrou-se um resultado de um prejuízo não realizado por hectare produtivo bastante significativo. Dessa forma, concluiu-se que não se encontra explicações no campo da racionalidade instrumental para a continuidade da produção nas condições referidas, mas sim na racionalidade procedimental. Apoiado em argumentos literatura de desenvolvimento regional, agrícola e histórica da região, e com embasamento teórico do corpo em comum das modernas teorias institucionalistas, concluiu-se que a produção de uvas americanas para a indústria pela agricultura familiar e a manutenção do patrimônio imobiliário é uma decisão racional subjetiva derivada a partir de padrões de comportamento de construção coletiva, de forma a atender propósitos individuais de forma satisfatória através da racionalidade procedimental.

Palavras-chave: Vitivinicultura. Agricultura familiar. Serra gaúcha. Custo de oportunidade. Teoria institucionalista.

ABSTRACT

The present work sought to carry out an applied analysis regarding the production of American grapes for the industry by family farming in the Serra Gaúcha region in a context of institutional changes in recent decades that have led to an appreciation of the value of the region's lands. The objective is to verify whether, from a strictly rational perspective in an objective sense, the production of American grapes by these agents under the mentioned conditions presents a satisfactory result, examining, within the scope of the common theoretical body of modern institutional theories, explanations for the continuity of production by these agents and the factors that influence their decisions. The problematization object is based on including the opportunity cost of the agent's real estate assets in the production function of American grapes. To do so, statistical inference was not used due to the lack of data samples on the subject. Instead, an existing reference was used to derive values for the model's application. Regarding the opportunity cost of maintaining the real estate assets, the Capital Asset Pricing Model (CAPM) was employed to determine a remuneration coefficient consistent with the application of the value of these assets in agribusiness-related activities. Applying the model led to the identification of a significant unrealized loss per productive hectare. Thus, it was concluded that there are no explanations within the field of instrumental rationality for the continuity of production under the mentioned conditions. Instead, the reasons lie in procedural rationality. Supported by literature on regional development, agriculture and historical in the region, and with theoretical foundations from the common body of modern institutional theories, it was concluded that the production of American grapes for the industry by family farming and the maintenance of real estate assets are subjective rational decisions derived from patterns of collective construction behavior, aimed at individually satisfying purposes through procedural rationality.

Keywords: Viticulture. Family farming. Serra gaúcha. Opportunity cost. Institutional theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAVIN	Associação de Vinícolas de Farroupilha
APROVALE	Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vinhedos
CAPM	<i>Capital Asset Pricing Model</i>
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBI +	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MSCI ACWI	<i>Morgan Stanley Capital International All Country World Index</i>
NEI	Nova Economia Institucional
RAMT/RS	Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul
SIVIBE	Sistema de Informações de Vinhos e Bebidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VITIVINICULTURA NA SERRA GAÚCHA E DE SEUS AGENTES.....	12
2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE UVAS NA SERRA GAÚCHA	12
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES DA SERRA GAÚCHA E DE SEUS AGENTES	15
2.3 MERCADO E CADEIA PRODUTIVA DA UVA NA SERRA GAÚCHA	17
2.4 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS	18
2.5 CONCLUSÕES A RESPEITO DA VITIVINICULTURA NA SERRA GAÚCHA E SEUS AGENTES.....	20
3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	22
3.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE	23
3.2 EXPLANAÇÃO DO MODELO	25
3.3 FONTE DE DADOS E JUSTIFICAÇÃO.....	26
3.4 O PARÂMETRO DO CUSTO DE OPORTUNIDADE DA TERRA	28
3.4.1 A taxa de retorno anual.....	28
3.4.2 O valor de venda da terra.....	31
4 RESULTADOS E CONCLUSÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DE UVAS E O CUSTO DE OPORTUNIDADE DA PRODUÇÃO.....	33
5 INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DO COMPORTAMENTO DOS AGRICULTORES NA CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE UVAS.....	36
5.1 REFERENCIAL TEÓRICO INSTITUCIONALISTA.....	36
5.2 COMPREENDENDO A CONTINUIDADE DA VITICULTURA PELA ÓTICA INSTITUCIONALISTA.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS FRONTEIRAS DE ESTUDO	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A – CIDADES REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO SIVIBE	54

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho esteve focado em realizar uma análise aplicada específica para agentes também específicos, que são os agricultores familiares da Serra Gaúcha que produzem uvas americanas para a industrialização. O objeto de problematização consiste na inclusão do custo de oportunidade da manutenção do patrimônio imobiliário na produção, ou seja, considerar a renda auferida no caso de venda da terra na função de lucro da produção. Essa análise é voltada para os produtores familiares que não possuem meio de processamento próprio, ou seja, não possuem cantina própria e vendem sua produção de uva não processada para vinícolas privadas ou cooperativas, que são características da região. Nesse contexto, o trabalho concentra-se nos produtores familiares que não realizam esforços para diferenciar seu produto e não aproveitam o potencial turístico da região e, além disso, herdaram a estrutura produtiva de seus progenitores. É importante justificar, também, que o trabalho não considera a venda da uva *in natura*, justamente pela grande variabilidade que o preço pode ter de um comprador a outro. Mais uma vez, reforça-se que o foco da análise repousa sobre a uva vendida para a industrialização.

A partir disso, o trabalho investiga o processo de decisão dos produtores no ambiente produtivo, ou seja, busca compreender por que eles continuam produzindo uvas nas condições mencionadas dado a possibilidade de vender o patrimônio imobiliário e investi-lo em outras atividades produtivas. O método de investigação é feito pelo corpo teórico institucionalista, que fornece uma explicação que vai além da racionalidade instrumental presente no estudo prévio de mensuração do custo de oportunidade mencionado, envolvendo questões culturais, de interdependência geracional e coevolução, conforme mencionado em Conceição (2002). Para isso, foi necessário caracterizar a formação histórica da região, os atributos geográficos e climáticos, o mercado, a cadeia produtiva e as características institucionais. Essa investigação é realizada independentemente de o resultado da análise de custo de oportunidade ser favorável ou desfavorável à produção de uvas americanas, considerando as condições médias da agricultura familiar caracterizada.

Com o desenvolvimento do turismo e a conseqüente valorização das terras na região da Serra Gaúcha, em especial, do Vale dos Vinhedos e regiões que este exerce influência, além disso, com o encarecimento dos insumos para produção e

para construção de novas estruturas produtivas, nos últimos anos e, ademais, com a entrada de vinhos importados atendendo boa parte da demanda interna, dentre outros fatores elencados no decorrer do trabalho, se torna necessário este estudo para vislumbrar se, de um ponto de vista econômico, ainda é sustentável a produção de uvas americanas para a vinificação pela agricultura familiar característica dessa região e o porquê da decisão continuidade da produção ou desistência. O cenário da Serra Gaúcha mudou bastante, principalmente após os anos 2000 e após o marco da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, no ano de 2012, conforme mencionado por Fernández (2012). Nesse cenário de rápida mudança que, dentre outras contribuições, serviu para a atração do turismo à região e valorização dos produtos e das terras, como é elencado no desenvolvimento do trabalho, a relação da produção de uvas para a vinificação mudou, onde agora prepondera as cantinas familiares de grande porte, com grande integração vertical e que fazem o contato direto, por muitas vezes, com o consumidor final, entregando além do produto, uma experiência, como mencionado por Farias (2016).

A literatura afirma que a região da Serra Gaúcha passou a ser conhecida como a Região da Uva e do Vinho, mais especificamente, sobre o Vale dos vinhedos, afirma-se que ele apresenta características únicas de solo, clima e declividade e uma concentração de viticultores que lhe conferem destaque nacional e motivação para produzir vinhos finos de qualidade, conforme mencionado por Falcade (2005). Porém, por fatores no decorrer do trabalho analisados, a produção de uvas americanas para a industrialização por parte da agricultura familiar é algo que perdura e estes agentes e, por sua vez, aparentemente, não apresentam significativa mudança na renda auferida, como pode ser visto no estudo de caso apresentado em Giacomet *et al.* (2016), que demonstram uma análise de uma propriedade que apresenta as características das propriedades familiares médias produtoras de uva da Serra Gaúcha, mencionadas por Fensterseifer (2007).

No decorrer deste trabalho, é importante considerar, conforme afirmado por Siedenberg *et al.* (2017), que cada região possui um processo de desenvolvimento endógeno, no qual sua história, cultura, patrimônio e características políticas e econômicas desempenham um papel fundamental. Esses elementos estão intrinsecamente ligados aos agentes que compõem essa região, pois fazem parte desse contexto como um todo. Além disso, conforme destacado por Troian *et al.* (2014), a falta de informações e registros de dados sobre a atividade agrícola

familiar faz com que os agricultores tomem suas decisões com base em experiência, tradição e disponibilidade de recursos. Essa tomada de decisão, como afirmado por Contini *et al.* (1984), é complexa e envolve uma série de instrumentos, como tradição, aprendizado, infraestrutura, fatores psicológicos, sociais e econômicos. Adicionalmente, a falta de familiaridade com outras técnicas e atividades pode levar muitos agricultores a evitarem empreendimento desconhecidos, conforme mencionado por Cobari *et al.* (2007). Tais argumentos da literatura de desenvolvimento regional e agrícola reforçam a possibilidade de um tratamento institucionalista da questão do processo de decisão do agricultor, pois desconsidera o pressuposto da onisciência necessário a racionalidade objetiva, conforme mencionado por Simon (1997).

Diante desse contexto, uma análise aplicada voltada para esses agentes busca, primeiramente, estabelecer uma métrica de mensuração para verificar o custo de oportunidade incorrido por esses agentes ao manter o patrimônio imobiliário e, posteriormente, investigar questões que podem não representar, a priori, um comportamento estritamente racional. Portanto, o objetivo é compreender o contexto específico dos agentes agrícolas familiares, considerando suas particularidades históricas, culturais, econômicas e políticas, bem como as influências de tradições, aprendizados e restrições na tomada de decisões. A compreensão institucionalista visa a fornecer *insights* sobre a racionalidade desses agentes e explorar aspectos que podem influenciar suas escolhas, mesmo que não sejam imediatamente identificados como comportamentos racionais no sentido objetivo.

A figura abaixo (**Figura 1**) almeja resumir de forma sucinta este capítulo introdutório.

Figura 1 - Introdução



Fonte: Elaborado pelo autor.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VITIVINICULTURA NA SERRA GAÚCHA E DE SEUS AGENTES

Para realizar a análise presente neste trabalho, é necessário contextualizar inicialmente a vitivinicultura na região da Serra. A cadeia de produção está intrinsecamente relacionada ao ambiente institucional local, que por sua vez, encontra sua explicação na formação histórica da região e nos agentes envolvidos. Os agentes específicos abordados neste estudo são os agricultores familiares sem cantina própria, que em sua maioria são descendentes dos primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul por volta de 1875. Além disso, a estrutura produtiva de caráter permanente (parreiras latadas), em muitos casos, permanece a mesma desde a sua formação no final do século XIX, como é discutido nas próximas seções. Questões institucionais que explicam a valorização do patrimônio imobiliário nas últimas décadas desses agentes, que são objeto de estudo nesta pesquisa e que, em sua maioria, são heranças do processo de "colonização", também serão abordadas nas próximas seções. Além disso, são exploradas questões relacionadas a essa "colonização", fornecendo um motivo plausível para a escolha da cultura vitivinícola como a predominante na região e como essa escolha proporcionou uma melhoria na qualidade de vida dos imigrantes, saindo da subsistência completa e gerando relativa prosperidade para a região, conforme visto em Machado e Heréida (2003).

2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE UVAS NA SERRA GAÚCHA

Sobre a formação da viticultura na região temos que ela está intimamente ligada com o processo de imigração e colonização italiana. Na verdade

O surgimento desse segmento no Rio Grande do Sul se dá, inicialmente, por uma questão eminente de costume e tradição dos imigrantes da região do Vêneto e da Lombardia, localidades reconhecidamente produtoras de vinhos na Itália (FARIAS; SILVA, 2016, p. 257).

Além disso, importa a Farias e Silva (2016) também mencionar que esses imigrantes trouxeram consigo hábitos culturais e sociais vinculados ao

associativismo, essencial ao posterior sistema de cooperativas de produção. Dessa forma, é importante analisar o processo imigratório para, sob uma perspectiva institucionalista, poder entender as características sociais que apresenta a região atualmente, útil ao trabalho proposto.

Cabe salientar que os processos imigratórios da Europa para o Brasil respeitaram critérios geopolíticos da Corte Portuguesa, onde Pellanda (1950, p. 02), comenta sobre o despacho do Conselho Ultramarino da Metrópole Lusa, de 22 de junho de 1729, que dizia:

Conveniente que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses.

Cabe salientar também que Prado Júnior (1945) afirma que a mão de obra europeia serviu para propósitos distintos. Aos latifundiários do café em São Paulo, almejava-se suprir a demanda de trabalhadores livres nas fazendas, ao passo que aos governos dos estados ao sul do país, almejava-se implementar uma estratégia de ocupação e “colonização” de terras escassamente povoadas. Tais ações se justificavam na salvaguarda e perpetuação dos territórios, os quais frequentemente se viam assediados por investidas das tropas cisplatinas. Falcade (1999) afirma que o tamanho dos lotes concedidos aos colonos na Serra Gaúcha era variável, devido a topografia acidentada da região, mas, por legislação, apresentava-se como módulo o lote de 25 hectares.

Além disso, a “Lei de Terras (Lei nº 601, de 1850) teria um papel fundamental pois se constituía no primeiro marco regulatório no sentido de garantir o direito à propriedade dos colonos italianos” (FARIAS, 2016. p. 73). Ainda de acordo com Farias (2016), em 1875 inicia-se a chegada dos primeiros colonos italianos no Rio Grande do Sul, ocupando as colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel e, ainda em 1875, o império cria a colônia de Caxias. Assim, conforme mencionado por Keiber e Radünz (2015), estabeleceu-se o regime colonial da pequena propriedade e do trabalho livre. Com a implementação do lote colonial, o colono construía sua moradia e organizava o sistema de cultivo e colheita. Inicialmente, o colono produzia para sua própria subsistência e, gradualmente, com o auxílio da mão de obra familiar, foi possível obter excedentes inicialmente comercializados na vila de Caxias.

Ainda sobre o processo de formação da atividade econômica da região, Fernández (2012), afirma que o trabalho realizado pelos italianos, desde sua instalação, era uma agricultura diversificada, baseada em mão de obra familiar, com a comercialização dos fatores excedentes de produção. No início estes produtos excedentes eram trocados, em sua grande maioria, por produtos manufaturados, sem qualquer intervenção de dinheiro. Porém, já na década de 1890 desenvolveu-se a especialização do comércio da zona rural em um único produto: o vinho. Os colonos, a priori, produziam o vinho em suas próprias cantinas, que ficavam situadas sob suas residências. Posteriormente, o vinho era armazenado em barris e comercializado com os comerciantes, que o levavam para vender em mercados mais distantes, como Porto Alegre e São Paulo. Machado e Heréida (2003) afirmam haver sinais de prosperidade em toda a região ainda no final do século XIX.

Sobre o processo que levou a decisão quanto a produção da cultura aqui elencada, a uva, Farias (2016) afirma que a característica que mais corroborou para esse processo foi a de que, diferentemente dos colonos germânicos, os italianos deveriam pagar pelas terras recebidas, bem como pelos equipamentos e maquinários eventualmente concedidos a eles pelo governo. Pode-se dizer que este endividamento inicial estimulou a necessidade de gerar excedente para comercialização para a quitação da dívida. Por essa razão, as famílias italianas optaram pela produção de gêneros agrícolas de rápida produção, dessa forma, optou-se pela plantação de uvas da variedade americana, devido ao rápido desenvolvimento e alta produtividade por hectare.

No tocante ao desenvolvimento da produção de vinhos na região, de forma consolidada, segundo Farias (2016), podemos identificar quatro fases distintas. A primeira abrange o período de 1875 a 1920, caracterizado pela produção voltada ao consumo familiar e local. A segunda fase, entre 1920 e 1960, coincide com a inauguração da ferrovia que ligava Caxias do Sul a Montenegro, estabelecendo uma conexão entre a região serrana e o restante do Rio Grande do Sul, bem como o país como um todo, o que resultou em uma ampliação da demanda pelo produto. A terceira fase, de 1960 a 1980, foi marcada pela entrada de empresas internacionais dedicadas à produção e comercialização de vinhos e sucos. Por fim, a quarta fase, que perdura desde a década de 80, caracteriza-se pela disseminação da tecnologia, alcançando inclusive as pequenas vinícolas e aprimorando diversas técnicas de produção, o que resultou em uma ampliação da qualidade e competitividade dos

vinhos gaúchos. De acordo com Farias (2016), a partir da década de 1980, o mercado de vinhos se divide em duas vertentes distintas: o mercado de vinhos comuns, direcionado ao consumo de famílias de menor renda, e o mercado de vinhos finos, voltado cada vez mais para atingir consumidores de maior poder aquisitivo. Nesse contexto, há uma estratégia de diferenciação de produtos.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES DA SERRA GAÚCHA E DE SEUS AGENTES

No que se refere às características das propriedades produtoras na região da Serra Gaúcha, conforme apontado por Flores (2007), observa-se a presença predominante de agricultores familiares e uma baixa concentração de estabelecimentos de caráter patronal. Essa condição é herança do processo de colonização dos imigrantes italianos, possivelmente reforçada pela especialização na produção de uvas. Dessa forma, a estrutura fundiária rural da região manteve-se composta por pequenos estabelecimentos familiares dedicados à atividade agrícola. Farias (2016) também afirma que as propriedades são historicamente constituídas por minifúndio familiares, majoritariamente famílias de colonos italianos e seus descendentes, os quais mantiveram a cultura e a estrutura produtiva da propriedade, dado o caráter de cultura permanente da videira.

Ainda segundo Farias (2016), as propriedades apresentam, em média área em torno de 14 hectares, sendo que desses, em torno de 2,6 hectares são destinados ao plantio de uvas. Informação semelhante encontramos em Fensterseifer (2007), que menciona haver aproximadamente 34 mil hectares de vinhedos na região, com propriedades de aproximadamente 15 hectares, sendo destes, 2,5 hectares, na média, dedicados ao cultivo de uva. Segundo Troian (2011), a produção de uvas na região absorve 13.268 famílias envolvidas diretamente na produção desse cultivo. Muitas das quais aperfeiçoaram seus métodos de produção associando o plantio ao processamento agroindustrial em pequenas e médias cantinas, mudando o contexto socioeconômico da região serrana. Cabe ainda ressaltar que

A viticultura da região apresenta baixa mecanização devido à topografia acidentada e afloramento de rochas, onde predomina o uso de mão-de-obra

familiar, exceto nas etapas produtivas da colheita e poda (IBRAVIN, 2009, apud Troian, 2011. p. 27).

Troian *et al.* (2014), em um estudo de caso sobre onze propriedades viticultoras de Flores da Cunha, com uso de mão de obra familiar, afirmam que essas propriedades são constituídas por uma média de aproximadamente 50 hectares, sendo a área produtiva média de 11,62 ha. Ainda no mesmo estudo, os autores percebem que a mão de obra nos estabelecimentos rurais estudados é basicamente familiar, tendo uma média de 3,5 Unidade de Trabalho Homem (UTH) por estabelecimento agrícola. Ressaltam também que há necessidade da contratação de mão de obra diarista, sendo em dois momentos distintos da produção. O primeiro na poda, atividade que se inicia no mês de julho e perdura até o final do mês de agosto. E, o segundo, na colheita ou vindima, nos meses de janeiro a março. Além disso, Troian (2011) afirma que 80% da produção dessas propriedades é derivada de variedades de uvas americanas.

Sobre as peculiaridades geográficas, ao analisar a produção, Farias (2016) afirma que há uma intensa oscilação da produção em função da condição climática da região. Outro ponto que merece atenção, como já mencionado, é a topografia acidentada da região, que impossibilita a produção em grande parte da extensão das propriedades. Quanto à dinâmica de valorização das propriedades rurais na região, é importante destacar, conforme mencionado por Guidotti *et al.* (2020), o mercado da Serra apresenta uma notável diversidade cultural, abrangendo 94 municípios. Essa abrangência territorial se estende desde os limites da região metropolitana, na área de Igrejinha e Três Coroas, até o início da região produtora de soja, nos municípios de Casca e Ibiraiaras. Uma região em especial, o Vale dos Vinhedos, se destaca como a única localidade do país em que os vinhos e espumantes podem ostentar o selo de Denominação de Origem, o que valoriza significativamente os imóveis nessa área. O valor agregado aos imóveis do Vale é resultado não apenas da percepção de maior lucratividade na produção vinícola, mas também do prestígio e glamour que envolvem essa atividade, altamente valorizada na alta gastronomia internacional. Observa-se uma tendência de aumento nos preços das terras, com valores que ultrapassam os R\$ 100.000,00 por hectare, impulsionada pelos vinhos e espumantes premiados produzidos na região. É importante ressaltar que os valores dos imóveis tendem a diminuir à medida que se

afastam do Vale, podendo chegar a 50% do valor para imóveis similares que não desfrutam de sua influência.

2.3 MERCADO E CADEIA PRODUTIVA DA UVA NA SERRA GAÚCHA

Quanto as peculiaridades da cadeia produtiva da região, Farias e Tatsch (2014) atribuem uma relação com qual há assimetria de poder, favorecendo os vendedores de insumos enológicos. Explicado pela cadeia vitivinícola da Serra Gaúcha enfrentar problemas de escala, principalmente em comparação com outras cadeias de bebidas. Outra característica institucional importante a respeito dessa cadeia, segundo Farias (2016), é a constituição do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), que tem sido encarado como a organização responsável pela promoção, regulação e controle do setor, investindo fortemente no debate e execução de projetos que discutissem a reconversão do setor vinícola.

Conforme Sousa (2001), a cadeia produtiva da uva e do vinho pode ser dividida em duas partes distintas: a Cadeia Principal e a Cadeia Auxiliar. Na Cadeia Principal, estão presentes os viveiristas produtores de mudas, os produtores de uva para consumo *in natura* ou para a elaboração de vinhos e outros derivados da uva e do vinho, as empresas responsáveis pela industrialização da uva, o comércio atacadista e varejista, além do elo final com o consumidor. Além disso, Sousa (2001) destaca que a Cadeia Auxiliar também desempenha um papel importante na cadeia produtiva. Essa cadeia é composta pelos fornecedores de insumos e equipamentos utilizados na produção da matéria-prima e na elaboração dos vinhos, bem como pelas entidades reguladoras, tais como o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e outras entidades. Adicionalmente, existem entidades de apoio tecnológico, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Uva e Vinho), instituições de ensino e diversas organizações diretamente relacionadas ao setor vitivinícola, incluindo o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN).

É relevante destacar que nos países com tradição na produção vitivinícola, onde prevalecem pequenas propriedades rurais e baixa concentração dessa atividade, existe uma forte tradição de regulamentação governamental da vitivicultura. Essa regulamentação conta com a participação de associações de produtores e cooperativas, como apontado por Miele e Zylberstajn (2005). Na Serra

Gaúcha, os esforços de coordenação e organização do setor remontam, pelo menos, à criação do Sindicato Vitivinícola do Rio Grande do Sul em 1930, conforme mencionado por Jalfim (1991). Porém, a relação entre as empresas vinícolas e os agricultores sempre foi, e ainda é, em grande parte, informal. Os viticultores cultivam, colhem e entregam sua produção, enquanto as vinícolas analisam e só então decidem se compram ou rejeitam. Caso a produção seja comprada, o pagamento é feito com base nos níveis de açúcar e acidez das uvas, e ocorre em várias parcelas ao longo do ano, a partir de junho. No caso de rejeição da produção, o viticultor precisa procurar outra vinícola que aceite as uvas nas mesmas condições, sendo que essas condições geralmente são menos favoráveis, uma vez que as uvas já ficaram algum tempo no caminhão, conforme observado por Fernández (2012).

Quanto a rentabilidade da produção, têm-se que ela é muito dependente das condições climáticas que incorrem cada safra e dos custos de produção, como é possível ver no trabalho de Giacomet *et al.* (2016). Com base num estudo de caso de uma propriedade semelhante àquelas objeto desse trabalho, os autores mencionam que os custos de produção, no período analisado de 5 anos, sempre apresentam variação positiva, enquanto a receita apresenta grande variabilidade negativa e positiva, dado aos fatores climáticos que podem acabar causando quebras de safra. Para a propriedade analisada, produtora de uvas americanas, que já foi mencionado como sendo as predominantes nesse modelo de produção na Serra Gaúcha, Giacomet *et al.* (2016) chegaram ao resultado de que 40,89% dos gastos se deveram ao custo com mão de obra, a depreciação representou 18,68%, os insumos, 13,91% e o transporte e produção representaram 11,80%. Resultado semelhante aos encontrados no Portal de Informações Agropecuárias para o cultivo de uva pela agricultura familiar de elaboração da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

2.4 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A respeito da Serra Gaúcha, Fernández (2012) menciona que ela passou a ser conhecida como a Região da Uva e do Vinho. Em 2007, segundo Fernández (2012), os vinhos do Vale dos Vinhedos recebem o reconhecimento da Indicação de Procedência pela União Europeia. Esse reconhecimento tirou os vinhos e

espumantes do Vale dos Vinhedos das prateleiras de vinhos comuns, de mesa, para as de vinhos finos, valorizando o produto nos países da União Europeia e igualando-os em competitividade com vinhos estrangeiros reconhecidos. O Vale dos Vinhedos já se destacava antes disso por suas características singulares de solo, clima e declividade, além de abrigar uma concentração significativa de viticultores. Essa região já era conhecida pela produção de uvas comuns e viníferas, conferindo-lhe destaque a nível nacional e servindo como motivação para a produção de vinhos finos de alta qualidade, como apontado por Falcade (2005). Outra característica marcante recente da cultura, segundo Farias (2016), está no fato de o mercado dos vinhos nacionais ter sido muito impactado após os anos 80 pela abertura comercial e, principalmente a partir da década de 2000, com os acordos bilaterais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A título de comparação, segundo Farias (2016), em 2005 a tarifação de entrada de vinhos com rótulos chilenos era de 27%. Em 2010, por conta dos acordos bilaterais com o MERCOSUL, esta tarifação foi fixada em 4,59%, ficando acordado uma taxa zero, em meados de 2011.

No que se refere ao processo de desenvolvimento regional, é importante mencionar que cada região possui seu processo de desenvolvimento endógeno, sobre isso, Siedenberg *et al.* (2017) afirmam que é necessário considerar que cada região possui sua história, sua cultura e seu patrimônio, além de características políticas e econômicas próprias. Por esse motivo, num processo de desenvolvimento regional não é possível utilizar ou procurar simplesmente transferir estratégias, planos e metodologias implementadas em outras regiões, visto que cada região é única. Porém,

[...] para que processos de desenvolvimento de territórios com grande especificidade, como o caso do Vale dos Vinhedos, sejam desencadeados, é necessário, além da mobilização da região, a criação de políticas públicas e legislações específicas, visando proteger e fomentar tais características e especificidades. Um bom exemplo de tutela jurisdicional que visa contribuir para o desenvolvimento de uma determinada região é o reconhecimento da indicação geográfica (SIEDENBERG *et al.*, 2017. p. 8).

Ademais, segundo Farias (2016), a constituição da Indicação de Procedência, para o Vale dos Vinhedos, foi um importante marco para a competitividade dos produtos da região, e outras séries de projeto de Indicação de Procedência começaram a ser estruturados (Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Nova Pádua e Flores da Cunha).

Ainda, segundo Farias e Tatsch (2014), produtores de uva e vinícolas têm investido, nos últimos anos, no incremento de seus negócios originais, agregando valor as marcas através de serviços de Enoturismo. O desenvolvimento do enoturismo mencionado, segundo Kageyama (2004), apresenta características de uma forma de sobrevivência da agricultura familiar, permitindo sua fixação no campo e aumentando a sua renda. Outra característica importante observada é a diminuição do número de propriedades na região. Segundo Flores e Flores (2012), nos últimos anos, o crescimento do setor vitivinícola e o desenvolvimento do enoturismo, tem provocado um aumento do valor da terra, e como consequência, esse cenário de pressão imobiliária tem provocado uma redução do número de propriedades.

2.5 CONCLUSÕES A RESPEITO DA VITIVINICULTURA NA SERRA GAÚCHA E SEUS AGENTES

O presente capítulo serviu para contextualizar de forma multidisciplinar a região de estudo, a Serra Gaúcha, os agentes foco do trabalho, as unidades produtivas e o ambiente institucional atual da produção de uvas na região por esses agentes. Todos os temas abordados aqui formam material para a discussão apresentada nos próximos capítulos, como será visto. Esse material permite o entendimento da formação histórica da região e como esta está intimamente ligada com a produção de uvas pelos agricultores familiares objetos desse estudo que a mantém até os dias atuais. Além disso, uma caracterização das unidades produtivas, que formam o capital desses agentes, também é de grande valia por estar no cerne da problematização desse trabalho, ou seja, o encarecimento da terra devido as mudanças institucionais da região, pós a indicação de procedência do Vale dos Vinhedos e do advento do turismo na região, onde, como visto, segundo Flores e Flores (2012), esse cenário de pressão imobiliária tem provocado uma redução no número de propriedades, desde a época de publicação do trabalho desses autores.

Por último a caracterização da cadeia produtiva da uva americana para a industrialização e a relação entre produtor e processador, bem como as mudanças institucionais das últimas décadas findam o referencial bibliográfico multidisciplinar presente no trabalho com a função de procurar deixar o leitor inteirado no que é

analisado nos próximos capítulos e no processo de produção de uvas americanas pelos agricultores familiares em si. É importante avaliar a grande interdependência que todos esses temas abordados possuem e como que é necessário abordá-los para a análise que segue o trabalho e que será retomada com mais ênfase no capítulo quinto.

3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para que o objetivo de incluir o custo de oportunidade da manutenção do patrimônio imobiliário pelos agricultores familiares da Serra Gaúcha na produção de uvas americanas seja alcançado, o trabalho mostra-se construído de forma a metrificar tais custos e as receitas incorrentes a essa atividade. Dessa forma, na seção 3.1 são abordados os referenciais teóricos para tal abordagem, os quais buscam justificar a escolha para *proxies* e estimativas que serão usadas no modelo de mensuração do custo de oportunidade da terra, apresentado na seção seguinte, a 3.2, que, por sua vez, será aplicado seguindo as estimativas cuja derivação é exposta na seção 3.3. Por último, uma atenção mais especial é dada ao coeficiente do custo de oportunidade da terra, que é detalhado na seção 3.4. Tendo todas essas seções sido expostas, a aplicação da análise de inclusão do custo de oportunidade do patrimônio imobiliário na produção de uvas será possível.

Cabe ressaltar que no trabalho não focará na de custos de transação, onde, segundo o glossário de Mankiw (2016), custo de transação se refere a custos em que as partes incorrem no processo de efetivação de uma negociação, o que se pode entender também como o custo de mudança do objeto de produção do produtor. Por outro lado, questões que afetem o processo decisório racional dos agentes aqui caracterizados, que perpassa o campo neoclássico, e apresentam fundações no campo teórico institucionalista são elencados no capítulo 5.1 e a compreensão efetiva da continuidade da produção é apresentada no capítulo 5.2. Além disso, como é mais bem abordado a seguir, o trabalho considera o comportamento de um único produtor, onde o comportamento individual não afeta a oferta total, ou seja, é um estudo a margem.

Cabe ressaltar que esses produtores, objetos de análise, utilizam mão de obra predominantemente familiar e em meses de mais alta demanda por mão de obra utilizam-se de mão de obra temporária sazonal, segundo Troian *et al.* (2014), durante a poda, atividade que se inicia no mês de julho e perdura até o final do mês de agosto e, na colheita ou vindima, nos meses de janeiro a março. Além disso, as condições de cultivo que por aqui se deseja analisar referem-se ao cultivo pela agricultura familiar de uva Isabel Brasileira para a indústria. Porém, Vale ressaltar que utilizar desse cultivar para a análise não restringe a análise para outros cultivares de uvas americanas para a indústria, a preferência de algumas *proxies*

desse cultivo é dada a representatividade que ele possui. De acordo com Leão (2021), a uva Isabel Brasileira apresenta uma representatividade de cerca de 50% da produção de uvas do Rio Grande do Sul. O uso de *proxies* e de estimativas médias se deve à falta de amostras para a realização de inferências estatísticas. Dessa forma, todos os dados são buscados de fontes confiáveis e suas metodologias, referências e justificações, estão elencadas na seção 3.3.

3.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE

Para efetuar a análise de custo de oportunidade sugerida, elegeu-se um método que englobe o custo de oportunidade da terra na função lucro de produção da uva. Mais especificamente, é aproveitado a semelhança da estrutura fundiária das propriedades aqui caracterizadas, ou seja, pequenas (média de 15 hectares) e com área destinada ao cultivo de uva de 2,5 hectares, como visto em Fensterseifer (2007), e em Farias (2016), que menciona área em torno de 14 hectares, sendo que desses, em torno de 2,6 hectares são cultiváveis. E ainda, a quantidade de famílias produtoras na Serra, que segundo Troian (2011), são 13.268 famílias, em conformidade com o que é encontrado no portal Sistema de Informações de Vinhos e Bebidas (SIVIBE), que apresenta dados provenientes do Cadastro Vitícola realizado anualmente por todos os viticultores do Brasil, onde, de acordo com os dados mais recentes, existem 14.306 viticultores vinculados nas cidades da Serra Gaúcha representadas no Apêndice A, (a diferença pode ser dada visto que podem existir mais de um produtor por propriedade familiar). No seu conjunto, portanto, se assemelham com um mercado de concorrência perfeita. Ocorre-se, então, a possibilidade de utilização da teoria microeconômica neoclássica para extrair a função de lucro em concorrência perfeita.

A teoria microeconômica neoclássica, segundo Mankiw (2016), aborda que a competição perfeita acontece quando existem inúmeros produtores sem influência sobre o preço e inúmeros compradores, por sua vez, também sem influência no preço, dessa forma, o preço será totalmente definido pela lei da oferta e demanda. Depende de como avaliado, se for considerado que os produtores vendem a produção para a indústria e que essa apresenta alto grau de concentração, não estendendo a análise até o consumo do bem final, pode-se dizer que o ambiente dos produtores aqui analisados se assemelha a um ambiente de monopsonio que,

segundo Mankiw (2016), seria quando há apenas um comprador no mercado. Porém, de qualquer forma, se examinado por meio da percepção de que os produtores estão em um ambiente de competição perfeita ou em um ambiente monopsonista, os produtores não terão poder de barganha nenhum sobre o preço, ou seja, o preço será dado para esses. Cabe ressaltar que diferentemente do que acontece com o setor industrializante e de processamento, que como visto em Faria (2016) e em Sousa (2001), se organiza em órgãos de cooperação diversos como o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), o Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), Associação de Vinícolas de Farroupilha (AFAVIN), dentre outros, os produtores da matéria prima não possuem muita organização. Dessa forma, portanto, será utilizado o conceito da função de lucro para a concorrência perfeita a fim de auferir o lucro considerando o custo de oportunidade da terra onde, esse último, e o custo fixo de produção, serão trazidos ao modelo a fim de participar da análise que não pode se restringir apenas ao campo do curto prazo.

Sobre o método empregado para a problematização do trabalho, que é o custo de oportunidade, Zago e Pinto (2005) destacam que esse conceito foi introduzido originalmente por Frederick Von Wieser (1851-1926) como uma forma de mensurar o valor econômico dos fatores de produção. De acordo com Von Wieser, o custo de oportunidade de um fator de produção representa a renda líquida gerada por esse fator em seu melhor uso alternativo. Na ciência econômica, o custo de oportunidade surge quando um tomador de decisões precisa escolher entre duas alternativas mutuamente exclusivas, optando pela menos vantajosa e renunciando a um benefício - esse é o custo de oportunidade. Além disso, Corbari *et al.* (2007) mencionam que, para os economistas, os custos diferem daqueles calculados pelos contadores, que se baseiam nos custos históricos. Para os economistas, avaliar as escolhas requer a estimativa dos custos de oportunidade. Os custos são vistos como sacrifícios, envolvendo não apenas recursos tangíveis, mas também recursos intangíveis, como tempo, por exemplo. É por meio da consideração do custo de oportunidade que os economistas obtêm o verdadeiro custo incorrido no processo produtivo.

Ademais, a compreensão do comportamento dos agricultores é dada posteriormente a problematização proposta pelo modelo de custo de oportunidade. Essa compreensão encontra base no corpo teórico em comum de ambas escolas

institucionalistas que surgiram após os anos 1960, a Nova Economia Institucional (NEI) e o neoinstitucionalismo, seguindo a lógica de segmentação encontrada em Conceição (2002) e mais bem explicada no capítulo 5.1. Tal referencial teórico para essa análise se encontra propositalmente separado, no capítulo 5.1, a fim de apresentar primeiro a problematização por meio do modelo que visa incluir o custo de oportunidade da manutenção do patrimônio imobiliário na produção de uvas americanas para a industrialização pela agricultura familiar da região, para só então apresentar a alternativa de compreensão do comportamento desses agentes por meio do corpo teórico institucionalista.

3.2 EXPLANAÇÃO DO MODELO

Justificados os pressupostos do modelo, parte-se para a apresentação do mesmo. A escolha pela função de lucro implica na seguinte relação:

$$\Pi(q) = p * q - cv * q - CF - cot^1 \quad (1)$$

Onde $\Pi(q)$ se refere ao lucro em função da quantidade (quilogramas); p , que se refere ao preço por unidade (q) que é dado; q é a quantidade de uvas produzidas, em quilogramas (kg); cv , que são os custos variáveis de produção (por unidade); CF , os custos fixos de produção, independentemente de existir ou não produção e; o cot , que se refere ao custo de oportunidade da terra por unidade produzida, componente que será melhor explicado na seção 3.4.

É importante mencionar que por se tratar de uma função linear, desde que o componente preço (p) seja maior que o componente de custo variável unitário, a quantidade que maximiza a produção é a produção máxima da propriedade. Isso acontece, pois, a função básica se trata da função de lucro linear simples. O Lucro é a diferença entre a receita total e o custo total, onde desde que preço seja maior que o custo variável unitário, a produção que maximiza o lucro, por lógica, é a máxima. Porém, a produção por hectare é limitada e não tende ao infinito, por isso na seção 3.3, é referido esse limitador da quantidade na função, segundo o Comunicado

¹ Elaborado pelo autor com base na noção de função de lucro linear encontrada em Mankiw (2016).

Técnico 79, de setembro de 2007 da EMBRAPA Uva e Vinho. Ou seja, quantidade máxima que pode ser produzida por hectare. Além disso, cabe afirmar novamente que pela característica mencionada da pulverização da produção em inúmeros produtores o modelo de custo de oportunidade da terra está considerando o comportamento de um único produtor, onde o comportamento individual não afeta a oferta total.

3.3 FONTE DE DADOS E JUSTIFICAÇÃO

Para encontrar o resultado do modelo mencionado na seção anterior, em nenhum dos casos foi utilizado da inferência estatística dado a falta de amostras. Dessa forma, os dados de custos e preços, aqui também mencionados como *proxies* de custos e preços, foram todos buscados de fontes confiáveis e suas metodologias, referências e justificações estão elencadas a seguir.

Quanto ao preço de venda da terra utilizado no modelo, constituiu-se no valor da terra nua para terras dedicadas a viticultura da Serra Gaúcha, presentes no Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul – RAMT/RS 2023, de elaboração pela equipe técnica de engenheiros agrônomos do INCRA Guidoti *et al.* (2023), mais especificamente, na média simples do valor venal médio da terra nua nas três subcategorias de terra da Serra dedicadas ao cultivo de uva, ou seja, a região de Bento Gonçalves, a região de Caxias do Sul e a região do Vale dos Vinhedos, onde, respectivamente, os valores médios da terra nua para estas regiões encontrados no relatório são de 74.184,78 para Bento Gonçalves, 78.301,68 para Caxias do Sul e 136.779,21 para o Vale dos Vinhedos, chegando a um preço por hectare médio deduzido de R\$ 96.421,89. A *proxy* é satisfatória pois planeja-se levar em conta o reconhecimento da Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos pela União Europeia, onde Guidoti *et al.* (2020) afirmam que as propriedades produtoras de uvas na Serra Gaúcha apresentam um valor no máximo 50% menor do que a média do Vale dos Vinhedos. Segundo Guidoti *et al.* (2023), para a coleta dos dados, foram utilizadas visitas às imobiliárias, corretoras de imóveis, entidades de assistência técnica e rural e outros, a fim de obtenção de dados e informações sobre transações de imóveis rurais, sendo objetos de análise aqueles efetivamente negociados ou em oferta e ainda sem a concretização do negócio. Os autores afirmam também que a pesquisa abrangeu imóveis respeitando-

se a contemporaneidade de um ano para as transações imobiliárias envolvendo negócios realizados.

O preço, como mencionado, é dado, dessa forma, se elegeu como *proxy* do trabalho, e provavelmente é a *proxy* mais assertiva dadas as peculiaridades da estrutura produtiva mencionada anteriormente, o preço mínimo para a uva Isabel Brasileira para a indústria recebido pelo produtor no Rio Grande do Sul, segundo o Portal de Informações Agropecuárias da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), que no mês de março de 2023 (de acordo com Troian *et al.* (2014) refere-se ao último mês da vindima), estava em R\$ 1,58 ao quilograma, ou, quando referido a esse trabalho, pode-se ler R\$ 1,58 a quantidade (q). O preço elencado pela CONAB nada mais é do que o preço mínimo definido para a safra 2022/23 para a uva industrial por meio da PORTARIA MAPA Nº 522, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022, publicado dia 2 de dezembro de 2022 no Diário Oficial da União que, segundo o Art 2º, entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023.

Tendo em vista que o modelo é uma função de lucro linear, como já elencado, a quantidade que maximiza o lucro será sempre a máxima quantidade passível de ser produzida. Porém, para a aplicação do modelo, cabe elencar qual é a produção máxima da propriedade para a variedade de uvas em estudo ou, de uma forma mais geral, delimitar a quantidade máxima produzida por hectare. Para tanto, se buscou fontes que corroboram para a obtenção dessa informação. De acordo com o Comunicado Técnico 79, de setembro de 2007 da EMBRAPA Uva e Vinho, Maia e Camargo (2007) afirmam que o cultivo da uva Isabel, por meio do sistema de parreiras latadas, muito predominante na agricultura familiar da Serra, pode chegar a 35.000 kg/ha em um ciclo anual. Cabe ressaltar que a fim de deixar todas as informações em uma mesma base de análise, não se levará em conta as quebras de safra em decorrência da variação climática, algo bem abordado por Giacomini *et al.* (2016) em um estudo de caso de um parreiral de uvas americanas de 1,9 hectares em uma destinação turística do interior de Caxias do Sul que apresentou variações de 32.000 até 67.000 quilos de uva produzidas entre as safras de 2011 a 2015.

Segundo a pesquisa de custo de produção da agricultura familiar para o cultivo de uva em parreiral em Flores da Cunha para a safra de 2022 elaborado pela CONAB, as despesas de custeio para a produção, aqui elencado como os custos variáveis de produção, tiveram um aumento substancial por quilograma, totalizando R\$ 1,4023 ao quilo, contra um valor de R\$ 1,0707, em 2021. Tal aumento se deve

substancialmente a variação dos preços de agrotóxicos e fertilizantes, 37,29% e 104,9%, respectivamente, além de um aumento no item mais representativo da despesa de custeio, com mais da metade da representatividade, a mão de obra, que apresentou um aumento de 22,33%. Dessa forma, é importante mencionar que para a safra de análise, as estimativas podem ficar viesadas visto a falta de correspondência no aumento do preço mínimo da uva, que em 2021/22 estava em R\$ 1,31, ou seja, um aumento de cerca de 30% nas despesas de custeio e apenas cerca de 20% no preço mínimo. É importante mencionar que o custo variável de produção objeto dessa análise não levará em conta despesas administrativas, de transporte de seguro de produção, nem despesas financeiras, que podem variar muito de produtor a produtor. Além disso, o custo de mão de obra, segundo a norma metodologia do custo de produção da CONAB, é um custo que leva em conta a remuneração da mão de obra da agricultura familiar, considerado tal como se fosse um empregado diarista, sem distinções e, que recebem a remuneração condizente com a praticada modalmente na região.

Ainda, segundo a mesma pesquisa de custos da CONAB para o ano de 2022 elencada para a obtenção do custo variável anteriormente, o custo fixo por hectare, considerando depreciações e outros custos fixos é de R\$ 5.744,38 ao hectare. É importante mencionar que em linha com a exclusão de despesas financeiras, administrativas e de seguro de produção nos custos variáveis, a despesa de seguro de capital fixo também não foi considerada nos custos fixos.

3.4 O PARÂMETRO DO CUSTO DE OPORTUNIDADE DA TERRA

Para que seja realizado o cálculo o coeficiente *cot* exemplificado no modelo, será necessário ter conhecimento do valor da terra, como visto na seção anterior. Além disso, como o modelo nada mais é do que uma função linear de lucro, que envolverá receitas e despesas, o *cot* será visto como um custo anual e, para isso, o valor de venda da terra ao hectare (ha), precisa ser multiplicado por uma taxa de retorno anual que, quando multiplicada pelo valor da terra, resultará no *cot*, e esse, terá um comportamento de custo fixo no modelo.

3.4.1 A taxa de retorno anual

O valor da terra em caso de venda precisa ser multiplicado por uma taxa de retorno que represente a aplicação desse valor em outra atividade para podermos gerar o custo de oportunidade de se manter a terra. Para derivar essa taxa de retorno, utiliza-se no trabalho o conceito de custo de capital próprio obtido pelo método do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), produto da teoria moderna do portfólio.

Para o cálculo do custo de capital próprio, nesse estudo, se utilizou o modelo recomendado por Pereiro (2001), visualizado na equação abaixo:

$$K_e = R_{fg} + R_i + \beta_{LG} [\beta_{SG} (R_{MG} - R_{fg})] (1 - R^2)^2 \quad (2)$$

Onde, K_e se refere ao custo do capital próprio; R_{fg} a taxa livre de risco global; R_i o prêmio de risco do país; β_{LG} o Beta do País (coeficiente de sensibilidade do mercado do país em relação ao mercado global); β_{SG} o Beta desalavancado médio de empresas comparáveis no mercado global (sensibilidade do setor de empresas comparáveis ao mercado); R_{MG} o retorno do mercado global; R^2 coeficiente que mede a quantidade na variância da volatilidade do mercado brasileiro que é explicada pelo risco-país.

Dessa forma, a modelo do que foi sugerido por Barbosa e Gimenes (2020), se utilizou das seguintes *proxies* para cada parâmetro elencado: A taxa livre de risco global (R_{fg}) é representada pela taxa de juros paga nos títulos do Tesouro do Governo dos Estados Unidos (*T-bond*) com resgate em 30 anos (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2023), valor indicativo de 26/05/2023; O prêmio de risco do país (R_i), que pode ser entendido como o bônus de remuneração que os títulos de renda fixa do Brasil possuem em relação aos títulos dos EUA, está aqui representado pelo índice EMBI + (*Emerging Markets Bond Index Plus*) Risco Brasil, calculado pelo banco americano JP Morgan (2023) e de atualização diária; o β_{LG} que é derivado a partir do coeficiente linear da regressão entre o índice do mercado local (IBOVESPA) como variável explicada e o índice MSCI ACWI, que mede o retorno dos mercados globais, como variável explicativa, utilizando retornos diários num período de cerca de 15 anos, de 27 de maio de 2008 a 26 de maio de 2023, elaborado no software Microsoft Excel e utilizando dados do Yahoo Finance;

² Adaptado de Pereiro (2001)

O β_{SG} foi escolhido com base nos “Betas” estimados por Aswath Damodaran (2023), mais precisamente, o “Beta” desalavancado do setor *farming and agriculture* do mercado global em relação ao mercado global (dado de 27/05/2023); o R_{MG} foi obtido segundo o retorno médio anual do MSCI ACWI do ano de 2008 a 2022 e; por último, o R^2 representa a estimativa do coeficiente de determinação da regressão entre a volatilidade do mercado local (IBOVESPA) contra a variação do risco país (EMBI + Brasil), no período de 27/05/2008 a 27/05/2023, elaborada utilizando o software Microsoft Excel com dados do Yahoo Finance.

Segundo Pereiro (2001), um modelo de custo de capital próprio precisa considerar as peculiaridades locais, o que pode exigir um retorno maior do que aquele exigido em um país desenvolvido, onde nesse exemplo, refere-se aos Estados Unidos. Dessa forma, se propõe a inclusão do componente de prêmio de risco local (R_l), e a inclusão do componente de sensibilidade do mercado local ao mercado global β_{SG} . Ainda segundo ao autor, existiria um problema de superestimação do risco, visto que a inclusão do prêmio de risco do país já estaria, em partes, presente no prêmio de risco de mercado, por isso a sugestão de multiplicar o componente do mercado pela expressão $(1-R^2)$.

Após o levantamento de todas as *proxies* foi determinado o custo do capital próprio da forma que segue aplicando o modelo da equação (2):

Tabela 1: Cálculo do custo de capital próprio.

Descrição	Total
Taxa livre de risco global (R_{fg})	3,961% a.a.
Risco país (R_l)	2,39% a.a.
Beta do país (β_{LG})	0,8754
Beta desalavancado do setor (B_{SG})	0,91
Retorno do mercado global (R_{MG})	8,13%
Coeficiente de determinação (R^2)	0,00226457
Custo de Capital Próprio (K_e)	9,66% a.a.

Fonte: Elaborado pelo autor

$$K_e = R_{fg} + R_l + \beta_{LG} [B_{SG} (R_{MG} - R_{fg})] (1 - R^2)$$

$$K_e = 3,961\% + 2,39\% + 0,8754 [0,91 (8,13\% - 3,961\%)] (1 - 0,00226457)$$

$$K_e = 6,351\% + 0,8754 [0,91 (4,169\%)] (0,99773543)$$

$$K_e = 6,351\% + 0,8754 [0,0379379]$$

$$K_e = 6,351\% + 0,033210837$$

$$K_e \approx 9,66\%$$

3.4.2 O valor de venda da terra

Conforme exemplificado na seção 3.3, a escolha dos dados a respeito dos preços das terras foi o Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul – RAMT/RS (2023), particularmente, para o caso analisado, foi utilizado uma média aritmética simples dos valores da terra nua das categorias de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Vale dos Vinhedos voltada a viticultura, o que resulta em um valor de 96.421,89. Ou seja, uma estimativa de que o preço ao hectare para a terra voltada a viticultura nessas três regiões da Serra seja em volta de R\$ 96.421,89.

Tendo, portanto, calculado o valor ao hectare da terra e a taxa de remuneração dela, se faz necessário apenas a multiplicação delas para que se possa encontrar o ganho financeiro que pode ser entendido como o custo de oportunidade em manter a terra. Dessa forma, com uma taxa de retorno anual estimado de 9,66% ao ano e com um preço ao hectare estimado de R\$ 96.421,89, o custo de oportunidade anual de se manter a terra, é de R\$ 9.314,35 ao ano, por hectare. Um detalhe aqui é importante de ser mencionado, como o objetivo é calcular o *cot* como custo de oportunidade de se manter a propriedade, porém a área cultivável não corresponde ao total da propriedade, um ajuste precisará ser feito. Se considerarmos que a proporção da área cultivável para o total da propriedade é de acordo com o que disse Fensterseifer (2007), ou seja, pequenas (média de 15 hectares) e com área destinada ao cultivo de uva de 2,5 hectares, o valor do *cot* precisa ser multiplicado

por (15 hectares / 2,5 hectares), ou seja, o *cost* por hectare produtivo é de R\$ 55.886,10 ao ano.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DE UVAS E O CUSTO DE OPORTUNIDADE DA PRODUÇÃO

A partir do que foi elencado e justificado no capítulo anterior, cabe agora a aplicação do modelo, utilizando os valores das *proxies* mencionadas para a uva. Na tabela a seguir está resumido o valor das *proxies* para a uva americana e o resultado encontrado na aplicação do modelo que tem base a equação (1).

Tabela 2: *Proxies* para o cultivo de uva americana

Descrição	Total
Preço (<i>p</i>)	R\$ 1,58
Quantidade (<i>q</i>) – em quilos	35.000
Custo variável (<i>cv</i>) – ao quilo	R\$ 1,4023
Custo fixo – ao hectare produtivo	R\$ 5.744,38
<i>cot</i>	R\$ 55.886,10
Lucro da produção ($\Pi(q)$)	-R\$ 55.410,98

Fonte: Elaborado pelo autor

$$\Pi(q) = p * q - cv * q - CF - cot$$

$$\Pi(q) = R\$ 1,58 * 35.000 - R\$ 1,4023 * 35.000 - R\$ 5.744,38 - R\$ 55.886,10$$

$$\Pi(q) = R\$ 55.300,00 - R\$ 49.080,50 - R\$ 5.744,38 - R\$ 55.886,10$$

$$\Pi(q) = R\$ 475,12 - R\$ 55.886,10$$

$$\Pi(q) = - R\$ 55.410,98$$

Ou seja, o resultado por hectare quando incluído o *cot*, custo de oportunidade de se manter a propriedade é, na verdade, um prejuízo de R\$ 55.410,98 por hectare produtivo. A título de comparação, o resultado encontrado para quando não incluído o componente *cot* é de um lucro de R\$ 475,12 ao ano. Esse pode ser considerado o lucro da propriedade, visto que o custo de mão de obra, segundo a norma metodologia do custo de produção da CONAB, é um custo que leva em conta a remuneração da mão de obra da agricultura familiar, considerado como se fossem empregados diaristas, sem distinções, e que recebem a remuneração condizente com a praticada modalmente na região.

Como mencionado, segundo a norma metodológica do custo de produção da CONAB, o custo variável de mão de obra considera também a remuneração da mão de obra familiar, dessa forma, no exemplo aqui disposto, com um custo de mão de obra de R\$ 0,7618 ao kg, segundo a pesquisa de custo de produção da agricultura familiar para o cultivo de uva em parreiral em Flores da Cunha para a safra de 2022, podemos concluir que com uma produção de 35.000 kg ao hectare, o custo de mão de obra será de R\$ 26.663,00 por hectare. Dessa forma, se for considerado que toda a mão de obra é familiar, para deduzir a renda familiar incorrida na produção, cabe apenas eliminar esse custo variável somando-o na função, o que resultaria em uma renda anual familiar por hectare de R\$ 27.138,12 sem incluir o custo de oportunidade de manutenção da propriedade. Ressalta-se que essa noção de renda familiar quando incluído o custo de mão de obra como renda não é de valia para o objetivo do trabalho e seu desenvolvimento se encontra aqui apenas no intuito de se obter a informação quanto ao resultado.

Os resultados do modelo convencem, portanto, que a manutenção do patrimônio imobiliário por parte do proprietário não seja uma decisão racional. Esse patrimônio, no caso de ser aplicado em atividades ligadas ao setor do agronegócio (dado a escolha dos dados) poderia trazer um retorno de 9,66% ao ano, de acordo com o deduzido pelo modelo de custo de capital próprio sugerido por Pereiro (2001), que se traduz na equação (2). Essa é a conclusão principal tirada a partir desse modelo, ou seja, a atividade de produção de uvas americanas para a indústria pela agricultura familiar na Serra Gaúcha, nas condições médias mencionadas, se considerado o custo de oportunidade de manutenção do patrimônio imobiliário próprio, atualmente apresenta prejuízo não realizado de cerca de R\$ 55.410,98 ao hectare no ciclo anual. Isso considerando que a remuneração da mão de obra familiar foi inclusa como custo variável de mão de obra.

Um adendo importante a ser feito baseia-se na não inclusão de atividades voltadas a subsistência ou a outro tipo de exploração agrícola na extensão da propriedade no modelo. Tal opção foi feita dado a dificuldade de quantificar a produção para subsistência ou mesmo de outras variadas atividades agrícolas e não agrícolas complementares que podem agregar na renda do agricultor e, principalmente, pesar em suas escolhas. Dentre essas atividades, pode-se citar, a produção madeireira, a criação de animais e beneficiamento de seus derivados, a produção de produtos coloniais variados, dentre outras. Porém, cabe ressaltar

novamente que a exploração turística e de beneficiamento da uva (vinificação) não devem ser consideradas dado as características mencionadas do agente caracterizado, o que ainda assim não o restringe de se dedicar as atividades de subsistência de difícil quantificação mencionadas ou outras atividades de exploração econômica.

5 INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DO COMPORTAMENTO DOS AGRICULTORES NA CONTINUIDADE DA PRODUÇÃO DE UVAS

No capítulo quatro, concluiu-se que, dentro dos pressupostos considerados, a produção de uvas americanas para a indústria pelos agricultores familiares que não possuem cantina própria, quando levado em conta o custo de oportunidade de se manter o patrimônio imobiliário, frente a venda e a renda que pode ser obtida com o investimento em atividades do agronegócio, não é vantajosa. Na realidade, na análise realizada, tal produção incorre em um prejuízo não realizado. Dessa forma, cabe encontrar uma explicação do motivo desses agentes não considerarem apenas a questão que traria maior bem-estar econômico ou, em outras palavras, um maior retorno para seu capital. Para isso, nesse capítulo, é procurado estabelecer um paralelo com o corpo teórico institucionalista que é passível de fornecer uma explicação de interdependência histórica e de racionalidade procedimental.

5.1 REFERENCIAL TEÓRICO INSTITUCIONALISTA

O institucionalismo é um corpo teórico que evoluiu a partir das ideias dos chamados velhos institucionalistas estadunidenses, onde, seguindo a lógica expressada por Conceição (2002), se baseava no que foi desenvolvido principalmente por Thorsten Veblen (1857- 1929) e John Commons (1862-1945), autores que procuravam um rompimento com a abordagem neoclássica de economia positiva. Posteriormente, a partir de meados dos anos 1960, dois novos corpos teóricos foram formados seguindo a corrente institucionalista, o neoinstitucionalismo e o novo-institucionalismo, onde, segundo Conceição (2002), a principal divergência entre as duas correntes teóricas está em que no pensamento neoinstitucionalista, persistem vários antagonismos em relação ao neoclacismo, o que não é verdade em relação aos teóricos da Nova Economia Institucional (NEI), para os quais há forte complementariedade entre sua respectiva concepção e aquela corrente.

Porém, é no corpo teórico em comum entre a NEI e o neoinstitucionalismo que se encontra a explicação necessária para compreender o comportamento dos agentes analisados nesse trabalho. Segundo Conceição (2002, p. 127),

O referido corpo de conhecimento institucionalista é constituído de oito itens, que mais ou menos aglutinam as várias abordagens institucionalistas. São eles: a ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativista das instituições sociais; o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um “sistema de controle social” representado pelas instituições, as quais a conformam e a fazem operar; a ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico; o determinante último da alocação de recursos não é o mecanismo abstrato de mercado, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, que os estruturam; a “teoria do valor” dos institucionalistas não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais; a cultura tem um papel dual no processo da “causação cumulativa” ou coevolução, porque é produto da contínua interdependência entre indivíduos e subgrupos; a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e hierarquia, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações; e os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas, o que torna seu objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar.

Dessa forma, reconhecendo que há autores importantes além daqueles que são mencionados tanto para o corpo teórico da NEI quanto do neoinstitucionalismo, o trabalho se permite focar apenas em contribuições de ambas as correntes que fornecem explicações plausíveis para o comportamento aparentemente não racional no sentido estritamente instrumental dado pela teoria neoclássica, de forma de não a contrapor, mas a complementar nessa análise. Portanto, não foram trazidos aprofundamentos nas questões de custos de transação muito abordado pelos teóricos da NEI, em especial Ronald Coase, (1910-2013), por exemplo. O trabalho foca nesse corpo teórico em comum e multidisciplinar exposto por Conceição (2002) e mencionado anteriormente.

O neoinstitucionalismo e a Nova Economia Institucional (NEI), são correntes de pesquisa e pensamento que se propunham como uma alternativa as perspectivas behavioristas muito influentes nos anos 60 e 70. Em North (1993), o autor afirma que a nova economia institucional não abandona por completo a economia neoclássica, sendo que a hipótese da escassez e da competição se mantêm sob a base da abordagem teórica de escolha que é subjacente à microeconomia, o que se abandona é a racionalidade instrumental, que segundo o autor foi o que permitiu os teóricos neoclássicos terem fundado uma teoria sem instituições. Se a racionalidade instrumental é adotada, ideias e ideologias não importam e mercados eficientes vão caracterizar as economias.

Individuals possess mental models to interpret the world around them. These are in part culturally derived - that is produced by the intergenerational transfer of knowledge, values, and norms which vary radically among different ethnic groups and societies. In part they are acquired through experience which is "local" to the particular environment and therefore also varies widely with different environments. Consequently, there is immense variation in mental models and as a result different perceptions of the world and the way it "works." And even the formal learning that individuals acquire frequently consists of conflicting models by which we interpret the world around us. (NORTH, 1993, p. 1-2)³

O neoinstitucionalismo, por sua vez, é uma corrente de pesquisa que foge ao âmbito das Ciências Econômicas, alcançando outras vertentes de estudo, como as Ciências Políticas, a Sociologia e a Psicologia, onde todas essas se conversam. Os autores Hall e Taylor (1996), sob uma perspectiva voltada a Ciência Política, definem que a corrente neoinstitucionalista é ramificada em três escolas de pensamento, o institucionalismo das escolhas racionais, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo histórico.

A começar pela escola do neoinstitucionalismo das escolhas racionais, onde segundo Elster e Hylland (1986), esses teóricos empregam uma série de pressupostos comportamentais, em que os atores compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos e se comportam de modo completamente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, que pressupõe um número significativo de cálculos. Para explicar a origem das instituições, essa escola utiliza a dedução. Assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados.

A escola do neoinstitucionalismo sociológico, por sua vez, rompe com a dicotomia conceitual que opõe "instituições" e "cultura". Essa escola considera a cultura como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento, como visto em Swidler (1986). As instituições não influenciam apenas os cálculos estratégicos dos indivíduos, como sustenta os teóricos da escola da escolha racional, mas também suas preferências mais fundamentais. Os teóricos

³ "Indivíduos possuem modelos mentais para interpretar o mundo ao redor de si. Estes são em parte culturalmente derivados – que são produzidos pela transferência entre gerações de conhecimento, valores, e normas que variam radicalmente entre grupos étnicos e sociedades. Em parte, eles os adquirem mediante experiência que é "foco" para o meio particular e ainda assim varia largamente com os diferentes ambientes. Consequentemente, existe uma imensa variação em modelos mentais assim como diferentes percepções de mundo e como ele "funciona". E ainda o aprendizado formal que os indivíduos adquirem frequentemente consiste de modelos conflitantes pelos quais nós interpretamos o mundo ao nosso redor" (NORTH, 1993, p.1-2; tradução nossa).

dessa escola sustentam que uma vez confrontado com uma situação, o indivíduo deve encontrar um meio de identificá-la e reagir a ela.

É importante distinguir que os proponentes do neoinstitucionalismo sociológico não consideram que os indivíduos não sejam dotados de intenções ou sejam irracionais.

However, sociological institutionalists emphasize that what an individual will see as 'rational action' is itself socially constituted, and they conceptualize the goals toward which an actor is striving in much broader terms than others do (HALL;TAYLOR, 1996, p. 16).⁴

O neoinstitucionalismo histórico define instituição de modo global, como procedimentos, protocolos, normas e convenções sociais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Segundo Hall e Taylor (1996), os teóricos do neoinstitucionalismo histórico recorrem as perspectivas “calculadora” e “cultural” quando tratam da relação entre instituições e ações na sua análise. Os partidários da perspectiva “calculadora” postulam que os indivíduos buscam maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência dada e, por isso, adotam um comportamento estratégico, determinando todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem um benefício máximo. Essa visão, portanto, tem íntima ligação com o ideário da NEI da teoria dos jogos e a perspectiva de equilíbrio de Nash, onde, em outras palavras, o indivíduo adere as instituições pois perderá mais ao evitá-las do que ao aderir a elas. A perspectiva cultural, por sua vez, sublinha que o comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo própria do indivíduo. Ou seja, reconhece que o comportamento humano é racional e orientado para fins, porém, enfatiza que os indivíduos recorrem a protocolos já estabelecidos ou já modelados de comportamento para atingir seus objetivos.

It tends to see individuals as satisficers, rather than utility maximizers, and to emphasize the degree to which the choice of a course of action depends on

⁴ “No entanto, institucionalistas sociológicos dão ênfase que o que o indivíduo vai ver como “ação racional” é por si mesmo socialmente constituído, e eles conceituam suas metas em direção em que o ator está esforçando-se em termos muito mais amplos do que outros fazem” (HALL;TAYLOR, 1996, p. 16; tradução nossa).

the interpretation of a situation rather than on purely instrumental calculation. (HALL;TAYLOR, 1996, p. 8).⁵

A perspectiva cultural, segundo Hall e Taylor (1996), portanto, explica que certas instituições são tão usuais que escapam a todo questionamento direto e, sendo construções coletivas, não podem ser transformadas de um dia para o outro pela simples ação individual.

Para Barros (2004), no processo decisório real a racionalidade objetiva ou, aqui também denominada como racionalidade instrumental, não é atendida visto que ela exige um conhecimento completo sobre as consequências que se seguem a cada alternativa o que, por sua vez, exige uma antecipação perfeita delas. Porém, na realidade esse conhecimento é muito limitado, não são todas as alternativas que podem ser visualizadas. De acordo com Simon (1997), por trás das principais dificuldades do conceito de racionalidade objetiva está o pressuposto “adicional” da onisciência. Ainda, de acordo com Simon (1997, p. 93)

Real behavior, even that which is ordinarily thought of as "rational," possesses many elements of disconnectedness not present in this idealized picture. If behavior is viewed over a stretch of time, it exhibits a mosaic character. Each piece of the pattern is integrated with others by their orientation to a common purpose; but these purposes shift from time to time with shifts in knowledge and attention, and are held together in only slight measure by any conception of an over-all criterion of choice. It might be said that behavior reveals "segments" of rationality-that behavior shows rational organization within each segment, but the segments themselves have no very strong interconnections.⁶

Dessa forma, cada indivíduo utiliza mecanismos simplificadores de decisão que permitem reduzir a complexidade dos problemas. Para Barros (2004), são três os que se destacam: o *satisficing*, os modelos simplificadores de realidade e a fatoração.

⁵ Isso tende a ver indivíduos como *satisficers*, em vez de maximizadores de utilidade, e em enfatizar o grau com o qual a escolha de um curso de ação depende na interpretação da situação em vez de ser puramente um cálculo instrumental (HALL; TAYLOR, 1996, p, 8; tradução nossa).

⁶ Comportamento real, mesmo aquilo que é comumente pensado como “racional”, possui muitos elementos de desconexão não presentes nessa imagem idealizada. Se o comportamento for visto ao longo de um período de tempo, ele exhibe um caráter de mosaico. Cada peça do padrão é integrada com as outras pela sua orientação a um propósito comum; mas esses propósitos mudam de tempos em tempos em conhecimento e atenção, e são mantidos juntos apenas em pequena medida por qualquer concepção de um critério geral de escolha. Pode-se dizer que o comportamento revela “segmentos” de racionalidade – que o comportamento mostra organização racional dentro de cada segmento, mas que os próprios segmentos não têm conexões muito fortes. (SIMON; 1997, p. 93; tradução nossa)

O *satisficing* refere-se que os agentes não buscam otimizar seus resultados da forma descrita pela teoria neoclássica, com base no conhecimento do resultado de todas as escolhas e realizando todos os cálculos, em vez disso, buscam atingir um resultado que atenda um conjunto de critérios mínimos de aceitabilidade. Os modelos simplificadores de realidade, por sua vez, procuram capturar os aspectos mais importantes da realidade. Os agentes constroem relações causais entre os diversos fatores que compõem os modelos, derivando consequências das ações em termos desse conjunto restritivo de variáveis. Essa é a abordagem tomada quando aplicado modelos de Teoria dos Jogos. Cabe afirmar que o papel da ideologia traz à tona a importância da cultura e a formação do conhecimento dos agentes e quais fatores os influenciam, ou seja, a forma como os agentes percebem o mundo e seus esforços para decifrar a realidade.

Por último, o que Simon chamou de fatoração, que se baseia na hipótese de indivíduos formarem uma hierarquia de meios e fins, através da qual o tomador de decisão dividiria suas tarefas em sequências de tarefas mais simples, com objetivos determinados, e serviriam como meios para atingir um objetivo maior. Conclui-se, portanto, que o pressuposto da racionalidade procedimental utilizado pelo corpo teórico institucionalista, em local da racionalidade instrumental, permite que aspectos como a ideologia, a cultura e o processo de aprendizado sejam incluídos como fatores que influenciam a tomada de decisão individual.

5.2 COMPREENDENDO A CONTINUIDADE DA VITICULTURA PELA ÓTICA INSTITUCIONALISTA

O corpo teórico institucionalista, portanto, apresenta uma alternativa de explicação para o comportamento dos atores desse trabalho. Como mencionado, em North (1993), indivíduos possuem modelos mentais para interpretar o mundo ao seu redor. Esses são em partes derivados pela cultura e transferidos de forma intergeracional e, em partes pela experiência do indivíduo. Farias (2016) afirma que as propriedades ainda hoje constituídas por minifúndio familiares, majoritariamente famílias de colonos italianos e seus descendentes, que mantiveram a cultura e a estrutura produtiva da propriedade, dado o caráter de cultura permanente da videira. Dessa forma, apresentando a mesma cultura e as mesmas experiências que foram passadas de geração a geração, basicamente desde 1875, marco do início da

colonização italiana no Rio Grande do Sul, conforme mencionado por Farias (2016), quando seus primogenitores imigrantes se estabeleceram e começaram a tirar seu sustento nas propriedades em que estes vivem até hoje com a referida implementação do lote colonial.

O próprio surgimento do segmento viticultor na Serra Gaúcha já começa questão eminente de costume e tradição dos imigrantes da região do Vêneto e da Lombardia, localidades reconhecidamente produtoras de vinho na Itália, conforme visto em Farias e Silva (2015), e reforçada pelo endividamento inicial em comum para todos esses agentes e a necessidade de gerar excedentes, conforme Farias (2016). Em acordo com o que fora mencionado Keiber e Radünz (2015) estabelecendo o regime colonial da pequena propriedade e do trabalho livre, o colono construía sua moradia e organizava o sistema de cultivo e colheita. É possível considerar que, conforme visto, os atores aqui desenhados tiveram todos uma origem semelhante uns aos outros, dessa forma, pode-se generalizar que os modelos mentais de interpretação desses atores são muito semelhantes, o que garante uma padronização comportamental perante suas escolhas.

Complementarmente, como visto no âmbito do neoinstitucionalismo sociológico, em Hall e Taylor (1996) na seção anterior, não se pode dizer que os indivíduos em questão não sejam dotados de intenções ou sejam irracionais. Na verdade, o que esse agricultor vê como uma ação racional é socialmente construído e nisso entra sua cultura. Dessa forma, considera-se que as instituições não influenciam apenas os cálculos estratégicos dos indivíduos, mas também suas preferências mais fundamentais, que formam a base de escolhas que esses agentes julgam serem adequadas de serem tomadas. Ou seja, se os indivíduos buscam maximizar seu rendimento com base em um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência, o que muda e é dado por suas experiências e cultura não é seu comportamento de perspectiva racional e que busca o maior benefício possível, mas sim a própria função de preferência.

Conforme mencionado anteriormente, Siedenberg *et al.* (2017) elencam que cada região possui um processo de desenvolvimento endógeno, no qual sua história, cultura, patrimônio e características políticas e econômicas desempenham um papel fundamental. Essa perspectiva de desenvolvimento regional reforça a ideia de que os agricultores em questão recorrem a protocolos já estabelecidos e modelados de comportamento (lê-se instituições) quando a análise se refere ao

melhor emprego de seus recursos, sejam eles trabalho ou patrimônio, e acabam apresentando um padrão de comportamento de construção coletiva que tende a classificá-los como “*satisficers, rather than utility maximizers*” (HALL; TAYLOR, 1996, p. 8).

Esses agricultores, portanto, não apresentam onisciência que garante o conhecimento pleno dos resultados de todas as decisões passíveis de serem tomadas. Isso aconteceria e o pressuposto de racionalidade objetiva seria atendido se eles pudessem fazer a antecipação perfeita de suas escolhas. Dessa forma, considerando que o nível de risco é maior ao se vender o patrimônio imobiliário para a aplicação em atividades ligadas ao agronegócio, em acordo com o exemplo tomado nesse estudo na escolha da remuneração do capital próprio (vide capítulo 3.4.1) e ainda, considerando que a falta de familiaridade com outras técnicas e atividades pode levar muitos agricultores a evitarem empreendimento desconhecidos, conforme mencionado por Cobari *et al.* (2007). A continuação da produção com a garantia trazida pela simples manutenção do patrimônio imobiliário pode ser a escolha racional mais adequada do ponto de vista satisfatório desses agricultores. Em outras palavras, o estudo apresentado no capítulo terceiro e concluído no capítulo quarto a respeito do custo de oportunidade de se manter o patrimônio imobiliário não representa todo o instrumental de decisão do agricultor, ou não foi efetivamente considerado por ele.

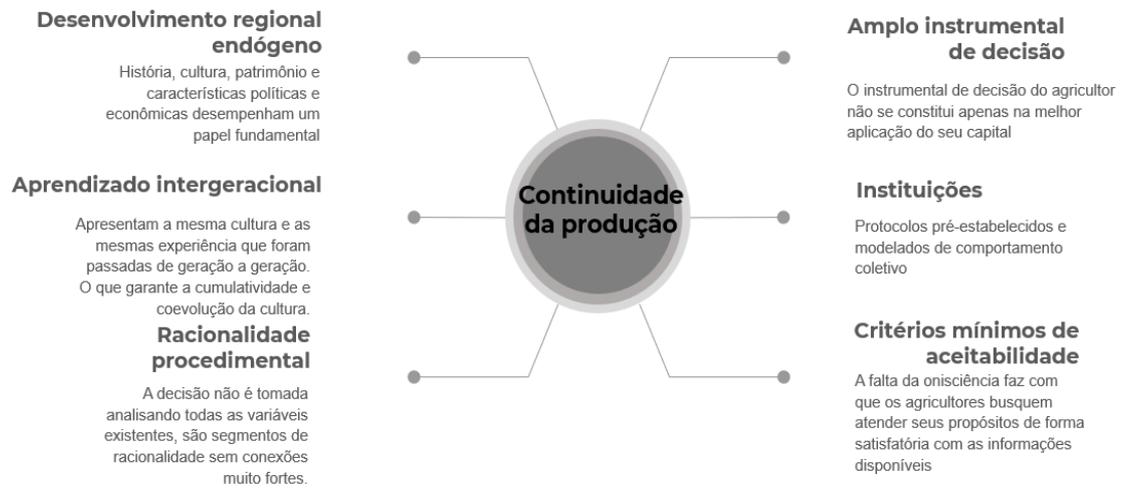
Conforme mencionado anteriormente e visto em Troian *et al.* (2014), a falta de informações e registros de dados sobre a atividade agrícola familiar faz com que os agricultores tomem suas decisões com base em experiência, tradição e disponibilidade de recursos. A ideia é que esses indivíduos estão utilizando de mecanismos simplificadores de decisão que permitem reduzir a complexidade dos problemas. Os agricultores como *satisficers* estão procurando atingir seus critérios mínimos de aceitabilidade com base nas informações que possuem e considerando incertezas inerentes as mudanças, bem como os custos de transação que formam a base de teorização da Nova Economia Institucionalista (NEI), conforme visto em Conceição (2002). Os quais não foram incluídos na análise de custo de oportunidade com os resultados apresentados no capítulo quarto. Esse argumento é reafirmado pela literatura agrícola, como visto anteriormente, onde Contini *et al.* (1984) mencionam que a decisão do agricultor é complexa e envolve uma série de

instrumentos, como tradição, aprendizado, infraestrutura, fatores psicológicos, sociais e econômicos.

Vale afirmar que este trabalho não está afirmando que não há proprietários de terra viticultores que não estejam vendendo suas terras a fim de aplicar em outros empreendimentos visando melhor retorno para seu capital. Algo possível conforme elencado no modelo desse trabalho, visto no capítulo quarto e desenvolvido no terceiro, e ainda em acordo com o que é visto em Flores e Flores (2012), onde os autores afirmam que, desde a época da elaboração do seu trabalho, o crescimento do setor vitivinícola e o desenvolvimento do enoturismo, tem provocado um aumento do valor da terra, e como consequência, esse cenário de pressão imobiliária tem provocado uma redução do número de propriedades. Ou, além disso, por conta da questão do envelhecimento da população rural e dificuldades na sucessão rural, conforme discorrido em Monteiro e Mujica (2022). Esse *disclaimer*, na verdade, acaba ajudando ainda mais a sustentar o argumento de que manter a produção de uvas americanas para a indústria e o patrimônio imobiliário é uma decisão racional subjetiva derivada a partir de padrões de comportamento de construção coletiva, ou seja, é uma decisão que atende propósitos individuais de forma satisfatória. Propósitos esses que são mutáveis a partir dos diferentes cenários construídos pelas experiências, cultura e ambiente institucional impostos aos agricultores.

Por último, o quadro a seguir (**Figura 2**), procura resumir essas considerações em um esquema que explica a tomada de decisão do agricultor quanto a continuidade da produção. Na verdade, é importante mencionar que os tópicos estão separados apenas por caráter ilustrativo e, na verdade, como foi elucidado nos últimos parágrafos, possuem grande interdependência.

Figura 2 - A continuidade da viticultura pela ótica institucionalista



Fonte: Elaborado pelo autor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVAS FRONTEIRAS DE ESTUDO

O presente trabalho mostrou-se capaz de realizar uma análise aplicada referente a produção de uvas americanas para a indústria pela agricultura familiar da Serra Gaúcha em um contexto de mudanças institucionais que proporcionaram a valorização do patrimônio imobiliário, bem como da mudança na dinâmica de produção causadas pela apreciação de uvas viníferas e seus derivados e do desenvolvimento enoturismo na região. Conforme referenciado anteriormente e em acordo com Fernández (2012), o marco da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, no ano de 2012, foi um importante fator influenciou essas mudanças em toda a Serra Gaúcha.

Foi na ciência de existirem agricultores que mantém a produção em conformidade com aquela preponderante na terceira fase da vitivinicultura na região, conforme mencionado por Farias (2016), ou seja, que vendem a produção de uvas americanas para a indústria e não apresentam esforços de diferenciação de produtos nem mesmo no aproveitamento do potencial turístico da região e que, ao mesmo tempo, são proprietários que herdaram o patrimônio imobiliário que forma a estrutura produtiva, que foi procurado, no âmbito desse trabalho, mensurar o custo de oportunidade da não capitalização desse patrimônio e a inclusão desse resultado na função de produção da uva americana. Tal abordagem foi feita a fim de verificar, se de um ponto de vista estritamente racional do sentido objetivo, valeria a pena a continuidade da produção. Essa análise, também referida aqui por vezes como “objeto de problematização” apresentou um resultado muito negativo, de um prejuízo não realizado cerca de R\$ 55.410,98 ao hectare no ciclo anual (vide capítulo 4).

A partir de então, buscou-se no âmbito do corpo teórico comum das teorias institucionalistas, explicações para a continuidade da produção por esses agentes e, como visto no capítulo cinco, se baseiam e encontram explicações na compreensão da racionalidade procedimental. Foi possível auferir que os agricultores como *satisficers* estão procurando atingir seus critérios mínimos de aceitabilidade com base nas informações que possuem e considerando incertezas inerentes as mudanças, bem como os custos de transação que formam a base de teorização da Nova Economia Institucionalista (NEI). No que se refere ao mencionado por Hall e Taylor (1996), concluiu-se que esse agricultor vê como uma ação racional é socialmente construído e nisso entra sua cultura. As instituições não influenciam

apenas os cálculos estratégicos desses agricultores, mas também as preferências mais fundamentais que formam a base de escolhas que esses agentes julgam serem adequadas de serem tomadas. E concluiu-se que a produção de uvas americanas para a indústria e o patrimônio imobiliário é uma decisão racional subjetiva derivada a partir de padrões de comportamento de construção coletiva, ou seja, é uma decisão que atende propósitos individuais de forma satisfatória através da racionalidade procedimental.

Por último, é interessante verificar e citar as novas fronteiras de estudo abertas por esse trabalho quando se refere aos agentes aqui abordados, ou seja, os agricultores familiares produtores de uva da Serra Gaúcha. A primeira se deve a comparação entre culturas frutíferas substitutas com a uva com base no lucro auferido em ambas as culturas, utilizando um modelo igual ou similar ao desse trabalho na inclusão do custo de oportunidade da terra. Pode ser elencado os seguintes exemplos de culturas frutíferas que apresentam características climáticas compatíveis e se adequam a agricultura familiar: laranja valência; tangerina montenegrina e; pêsego. Tal análise poderia ser feita visando uma melhor alternativa para a manutenção do patrimônio imobiliário. Ademais, aproveitando a abordagem não tão aprofundada da Nova Economia Institucional (NEI), um trabalho pode ser realizado no âmbito da Teoria dos Jogos, a fim de traçar uma árvore com os diferentes caminhos de escolha disponíveis para esses agricultores, sendo que boa parte do referencial utilizado nesse trabalho poderia ser aproveitado.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Gustavo. **Racionalidade e organizações**: um estudo sobre o comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon. São Paulo: USP, 2004. 152f. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-05032005-183337/pt-br.php>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). SUINF/GECUP - Subsistema de Gestão de Informações e Conhecimento. **Norma Metodologia do Custo de Produção 30.302**, 2023. [S. l.]. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/30000_sistema_de_operacoes/30.302_Norma_Metodologia_de_Custo_de_Producao.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Portal de Informações Agropecuárias**, 2023. [S. l.]. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/produtos-360.html>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2 (jul./dez.2002), p. 119-146. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/23117>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- CONTINI, Elísio; ARAÚJO, José Diniz; GARRIDO, Waldo Espinoza. Instrumental Econômico para a Decisão na Propriedade Agrícola. In: CONTINI, Elísio; DE ARAÚJO, José Diniz; DE OLIVEIRA, Antônio Jorge; GARRIDO, Waldo Espinoza. **Planejamento da Propriedade Agrícola: Modelos De Decisão**. Brasília: EMBRAPA, 1984. cap. 1, p. 7-22.
- CORBARI, Ely Célia; GARCIAS, Paulo Mello; SOARES, Cícero. Custos na produção agrícola: uma abordagem sob a perspectiva do custo de oportunidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, João Pessoa 2007. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1474>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- DAMODARAN, A. **Betas by sector**. 2023. New York. Disponível em: <http://www.stern.nyu.edu/~adamodar/pc/datasets/betas.xls>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- ELSTER, Jon; HYLLAND, Aanund. **Foundations of Social Choice Theory**. Cambridge University Press, 1989.
- FALCADE, Ivanira. **Indicações Geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos**. Dissertação de mestrado em Geografia, Instituto de Geociência. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco (org.). **Vale dos Vinhedos: Caracterização geográfica da região**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

FARIAS, Claudio Vinicius Silva. SILVA, Leonardo Xavier da. A formação histórica da indústria vitivinícola do RS: aliando a Nova Economia Institucional à Teoria dos Jogos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 2016, v. 37, n. 1, p. 255-282, 1 março de 2016. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/3071> Acesso em: 11 jun. 2023.

FARIAS, Claudio Vinicius Silva. **O papel das instituições na formação e transformação da vitivinicultura da serra gaúcha**: possibilidades de interpretações do desenvolvimento rural pela nova economia institucional. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/149314>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FARIAS, Claudio Vinicius Silva; TATSCH, Ana Lucia. **The brazilian wine industry: a case study of geographical proximity and innovation dynamics**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, n.3, p. 515-532, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/MNhvJwCchXvzgxqz7gg7CK/?lang=en>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FENSTERSEIFER, Jaime E. The emerging Brazilian wine industry: Challenges and prospects for the Serra Gaúcha wine cluster. **International Journal of Wine Business Research**, Cidade, v. 19, n. 3, p. 187-206, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/17511060710817221>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FERNÁNDEZ, Maria Gabriela Vázquez. **Indicações Geográficas e seus impactos no desenvolvimento dos pequenos produtores do Vale dos Vinhedos-RS**; Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 115 p. Disponível em: <http://www.propaga.unb.br/images/Dissertacoes/2010/Maria-Gabriela-Vzquez-Fernandez.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FLORES, Maria A. D.; FLORES, Andiara. **Diagnóstico do enoturismo brasileiro: um mercado de oportunidades**. Brasília, DF: SEBRAE; Bento Gonçalves, RS: IBRAVIN, 2012.

FLORES, Murilo Xavier. **Da Solidariedade Social ao Individualismo**: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Tese Doutorado em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Doutorado em Sociologia Política. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89811> Acesso em: 11 jun. 2023.

GIACOMET, Renata; ECKERT, Alex; MECCA, Marlei Salete; BIASIO, Roberto. A rentabilidade da produção de uvas em uma pequena propriedade rural de uma destinação turística da Serra Gaúcha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – ABC. 23. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, Porto de Galinhas,

2016. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4115>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GUIDOTTI, André; GORELIK, Daniel; BAUER, Jardel; RAMOS, Roberto; BRIZOLA, Rubem Marcos; FOCCHI, Sandro; MÜLLER, Sandro Weissshahn. **Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul - RAMT/RS**. Porto Alegre, mar. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/RAMT_SRRS_2022.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

GUIDOTTI, André; GORELIK, Daniel; RUSCHEL, Jonas; SILVA, Luís Alberto; JÚNIOR, Paulo Heerdt; MÜLLER, Sandro Weissshahn. **Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul - RAMT/RS**. Porto Alegre, jun. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ramt_sr11_2020.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

GUIDOTTI, André; GORELIK, Daniel; RUSCHEL, Jonas; SILVA, Léo Silva e; SILVA, Luís Alberto; CHULA, Raquel May; KIEL, Roberto; BRIZOLA, Rubem Marcos; MÜLLER, Sandro Weissshahn. **Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado do Rio Grande do Sul – RAMT/RS**. Porto Alegre, dez. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ramt_sr11_2017.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. **Political science and the three new institutionalisms**. [s.l.], 1996. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/RePEc:zbw:mpifgd:p0038>. Acesso em: 1 jul. 2023.

J.P. MORGAN. **EMBI + (Emerging Markets Bond Index Plus)**. [S. l.] 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=40940&module=M>. Acesso em: 4 jun. 2023.

JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da indústria vinícola rio-grandense. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.229-247, jan./jun. 1991. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1419/1784>. Acesso em: 12 jun. 2023.

KAGEYAMA, Angela. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, t. 2, p. 71-84, 2004.N. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

KEIBER, Daiana C. S.; RADÜNZ, Roberto. A história social de migrantes através de fontes judiciais: o caso do quartel. In: 12 FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO BRASILEIRO, 12., 2015, Caxias do Sul. – **140 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL – Fontes e acervos na pesquisa em estudos migratórios** [...]. Caxias do Sul: [s. n.], 2015. p. 451-460. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/140-anos-ebook.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

LEÃO, Patricia Coelho de Souza. Uvas Americanas: Isabel. *In*: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS (Brasil). EMBRAPA Semiárido. **Uvas de Mesa**. 8 dezembro 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/uva-de-mesa/pre-producao/caracteristicas-da-especie-e-relacoes-com-o-ambiente/cultivares/uvras-americanas/isabel>. Acesso em: 8 jul. 2023.

MACHADO, Maria Abel; HERÉDIA, Vania Beatriz. A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, v 7, n 146 (065), ago 2003. Disponível em: [https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(065\).htm](https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(065).htm). Acesso em: 8 jan. 2023.

MAIA, João Dimas; CAMARGO, Umberto Almeida. Produção de uva Isabel para processamento, no sistema GDC, em região tropical do Brasil. **Comunicado Técnico**. Bento Gonçalves, v. 79, p. 1-2, 1 set. 2007. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPUV/8967/1/cot079.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MIELE, Marcelo; ZYLBERSZLAJN, Decio. Coordenação e desempenho da transação entre viticultores e vinícolas na Serra Gaúcha. RA - USP **Revista de Administração**, São Paulo: FEA - USP, ano 2005, v. 40, n. 4, p. 330-341, out./nov./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417490002.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **SIVIBE - Sistema de informações de vinhos e bebidas**. 2023. Disponível em: <https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/SIVIBE/SIVIBE.html>. Acesso em: 8 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/GABINETE DO MINISTRO (BRASIL). PORTARIA MAPA Nº 522, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022. **Diário Oficial da União**, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mapa-n-522-de-1-de-dezembro-de-2022-447310661>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MONTEIRO, Rodrigo; MUJICA, Franklin Peña. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], 2022. Volume 60 Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.235637>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MSCI. **All Country World Index**. Disponível em: <https://www.msci.com/our-solutions/indexes>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1990

- NORTH, Douglass. **The New Institutional Economics and Development**. 1993. Disponível em: <http://www.econ.iastate.edu/tesfatsi/NewInstE.North.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In.: **Álbun Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950.
- PEREIRO, Luis E. The valuation of closely-held companies in Latin America. **Emerging Markets Review**, v. 2, n. 4, p. 330–370, dez. 2001. [S. l.]. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S1566-0141\(01\)00024-3](http://dx.doi.org/10.1016/S1566-0141(01)00024-3). Acesso em: 4 jun. 2023.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense. 1945.
- SIEDENBERG, Dieter Rugard; THAINES, Aleteia Hummes; BAGGIO, Daniel Knebel. Desenvolvimento regional sob a ótica do reconhecimento da indicação geográfica: O case do vale dos vinhedos, a partir da percepção dos atores sociais. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 33, n. 99, 2017. DOI: 10.13037/gr.vol33n99.2771. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2771. Acesso em: 31 dez. 2022.
- SIMON, Herbert A. **Administrative behavior: a study of decision-making process in administrative organizations**. New York: The Free Press, 1997.
- SOUSA, Sinval Oliveira. **Desenho e análise da cadeia produtiva dos vinhos finos da Serra Gaúcha**. UFRGS. 2001. Tese (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1942>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, [S.l.]. v. 51, n. 2, p. 273–286, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2095521>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- TROIAN, Alexandre. **Analysis of family wine production systems, organic and conventional, in serra gaúcha (RS)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/8868>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- TROIAN, Alexandre; DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra; DE OLIVEIRA, Sibebe Vasconcelos. O processo de tomada de decisão dos agricultores familiares produtores de uva na região serra do Rio Grande do Sul: um estudo de caso para o município de Flores da Cunha. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12. **12º SEMEAD Seminário em Administração**, São Paulo, 2014. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=698. Acesso em: 4 jun. 2023.
- U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2023. Disponível em: <https://home.treasury.gov/>. Acesso em: 04 de junho de 2023.

ZAGO, Ana Paula Pinheiro; PINTO, Kleber Carlos Ribeiro. Custo de oportunidade: polêmicas e provocações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS – ABC, 12. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2120>. Acesso em: 14 jan. 2023.

APÊNDICE A – CIDADES REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO SIVIBE

André da Rocha	Nova Bassano
Antônio Prado	Nova Pádua
Bento Gonçalves	Nova Prata
Carlos Barbosa	Nova Roma do Sul
Coronel Pilar	Pinto Bandeira
Cotiporã	Protásio Alves
Caxias do Sul	Santa Tereza
Farroupilha	Santo Antônio do Palma
Flores da Cunha	São Marcos
Garibaldi	São Valentim do Sul
Guaporé	Serafina Corrêa
Marau	Veranópolis
Monte Belo do Sul	Vila Flores
Nova Alvorada	Vila Maria
Nova Araçá	Vista Alegre do Prata